PubliCP

PORTO ALEGRE, **SEXTA-FEIRA**, 10 DE JUNHO DE 2022

TRENSURB

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2021

ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 caracterizou-se como um prolongamento de 2020, o ano de eclosão da pandemia COVID-19. Contrariamente às expectativas, tivemos novos surtos virais com as correspondentes medidas de controle sanitário. As restrições no comércio e atividades coletivas, bem como a suspensão das atividades educacionais, trouxeram reflexos no nosso sistema de transporte público.

Em meio aos desafios que se apresentaram nesse ano, promovemos um grande choque de gestão com a implantação de um robusto sistema de planejamento estratégico. O sistema de indicadores foi modificado e, após um ano, além do engajamento do corpo diretivo e gerencial, estamos contando com a adesão de todas as chefias da empresa, garantindo sinergia, transparência e objetividade na operação, manutenção e administração. Isso contribui com a visão da TRENSURB em ser referência em gestão na operação do sistema metroferroviário.

Pode-se dizer que a cultura de gestão está se enraizando de modo positivo na empresa o que nos permite pensar em mudanças que apontem para o atingimento de metas preconizadas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, base indispensável para se pensar a empresa em sintonia com as demandas ambientais e sociais contemporâneas.

Quanto às atividades na TRENSURB, o foco esteve, primeiro, no programa de recuperação dos trens da Série 200, que apresentaram problemas nos últimos cinco anos. Por meio de um trabalho sério e maduro de nossa equipe técnica e da parceria com o Consórcio fornecedor, conseguiu-se, finalmente, disponibilizar toda a frota para prestação de serviço. Agora, estamos concluindo as últimas pendências técnicas.

Em relação às nossas instalações, promovemos algumas obras de melhoria em nossas estações, com prioridade absoluta para a adequação às normas de acessibilidade universal dos ambientes, o que incluiu a instalação de nove elevadores e a colocação de piso podotátil para orientação de pessoas com deficiência visual.

Para facilitar o dia a dia dos passageiros, também implantamos a localização dos trens em tempo real através do aplicativo Trensurb Mobile. O aplicativo mostra o posicionamento dos trens via GPS, no celular, melhorando o sistema de informações, além de notícias, status operacional e dados da empresa.

Ainda na relação com nossos passageiros, mantivemos a agenda de atividades culturais, dando continuidade ao projeto Antologia Digital da Poesia Gaúcha, iniciado em 2020 em nossas plataformas digitais, com objetivo de proporcionar o encontro entre passageiros e a obra de poetas gaúchos. Foram 20 participantes e 49 vídeos veiculados.

Nas artes visuais, em parceria com o Sesc-RS, foram realizadas seis exposições fotográficas nas estações Mercado e Rodoviária. Já no campo da literatura, a biblioteca do Espaço Multicultural Livros sobre Trilhos realizou 967 empréstimos de livros. Atualmente, são mais de 8 mil livros no acervo, disponíveis para empréstimo gratuito.

Com relação à demanda de passageiros transportados, após uma década com volumes anuais da ordem de 50 milhões/passageiros/ano, enfrentamos 2020 com 24,3 milhões e, 2021, com 25,2 milhões, frustrando nossas previsões de superação.

Entretanto, se, do ponto de vista da demanda, houve avanços modestos, por outro lado, tivemos um ano de grandes mudanças internas, melhorias técnicas e na prestação do serviço de transporte, além de manutenção dos compromissos sociais e culturais da empresa. Nossa esperança para o ano que se inicia está, agora, na retomada gradativa de demanda de passageiros.

Pedro Bisch Neto

Diretor-Presidente

PERFIL DA EMPRESA

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB é uma empresa pública de capital fechado, controlada pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional oriunda da Rede Ferroviária Federal SA, tendo como sua atividade principal a prestação de serviços de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA.

O primeiro trecho da linha, ligando Porto Alegre, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul foi inaugurado em 2 de março de 1985. Em dezembro de 1997, o trem chegou a São Leopoldo e em maio de 2014 no município de Novo Hamburgo.

Atualmente opera uma linha com extensão de 43,8 quilômetros e 23 estações, no eixo norte da RMPA e uma frota composta por 40 Trens Unidades Elétrica – TUE's. Possui, ainda, um sistema de Aeromovel inaugurado e aberto ao público em agosto de 2013 que permite a integração e acesso rápido e direto ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, sem custo adicional para os passageiros do trem.

Por sua condição de empresa pública, a TRENSURB está submetida as regras da Lei n° 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, bem como, as mudanças no decorrer de 2019 que afetaram a autonomia da gestão, como o Decreto n° 9.998, de 3 de setembro de 2019, que qualificou a empresa no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República – PPI, bem como a incluiu no Programa Nacional de Desestatização – PND. Além disto, o Decreto n° 10.006, de 5 de setembro de 2019, alterou a subordinação administrativa das empresas incluídas no PND ao Ministério da Economia, sem prejuízo a outros atos de gestão vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

A estrutura administrativa da TRENSURB está disponível no sítio da empresa.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A TRENSURB ao final de 2020 aprovou a estratégia de longo prazo do Planejamento Estratégico – PE ciclo 2021-2025 e a validação da estratégia no final do ano de 2021.

Compõe os elementos da identidade organizacional a declaração da missão, visão e valores da TRENSURB. Este conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa, conjunto de crenças e princípios, e a situação de futuro almejada, de forma explícita.

Missão:

"TRANSPORTAR PESSOAS DE FORMA RÁPIDA, SEGURA E COM QUALIDADE, DE MODO SUSTENTÁVEL".

Visão:

"SER REFERÊNCIA EM GESTÃO NA OPERAÇÃO DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO, COM GERAÇÃO DE VALOR PARA A SOCIEDADE E BUSCA PERMANENTE PELA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA".

Valores:

- ✓ **Eficiência**: Uso eficiente dos recursos;
- ✓ **Integridade**: Adesão de valores, princípios e normas éticas. Atuar moralmente e conforme as normas legais vigentes, garantindo uma conduta voltada ao interesse público sobre os interesses privados;
- ✓ **Pertencimento**: Orgulho de ser TRENSURB. Construir e/ou fortalecer o sentimento de orgulhar-se de pertencer à TRENSURB, sentindo-se parte integrante da empresa;
- ✓ **Respeito**: Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente;
- ✓ **Transparência**: Transmite a gestão de forma clara, proativa e compreensível, e
- ✓ **Presteza**: Celeridade e cordialidade no serviço prestado.

PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS

No ano de 2021 a TRENSURB realizou um conjunto de ações e projetos, resultado dos esforços empreendidos para o alcance dos objetivos estratégicos da empresa.

A Lei Orçamentaria Anual – LOA aprovada de 2021, Lei nº 14.144/2021, inicialmente estabeleceu à TRENSURB o montante de R$ 101,7 milhões para despesas de custeio das operações e de R$ 700 mil para investimentos, contudo, a frustração nas receitas próprias em razão da pandemia impactou no volume de gastos no exercício.

Com intermediação do Ministério do Desenvolvimento Regional junto ao Ministério da Economia, o orçamento de 2021 da TRENSURB foi contemplado com a suplementação de R$ 4,5 milhões pela Portaria nº 13.857/21-ME, sendo que destes, R$ 3,4 milhões para projetos de investimento em demandas prioritárias da empresa e R$ 1,1 milhão para custeio.

As principais ações e projetos executados e/ou concluídas no ano de 2021, estão listadas a seguir:

✓ Pesquisa de Satisfação – Visando delinear o perfil dos clientes e identificar o grau de satisfação em relação ao serviço prestado, a pesquisa foi realizada em novembro/2021 com uma amostra de 2.390 usuários, onde verificou-se que o perfil mais frequente são mulheres (59,8%), idades entre 20 e 49 anos (74,6%), solteiros (63,4%), com ensino médio completo (58%) e renda individual entre 1 e 2,5 salários mínimos (81,7%). O índice geral de satisfação foi de 81,7%, superior em 6,8 pontos percentuais ao índice de 2020 (74,9%), sendo os quesitos de atendimento dos funcionários das bilheterias (75,5%) e da segurança (72,5%), avisos sonoros das estações e trens (73,8%) e limpeza e conservação das estações e trens (71,2%) os melhores avaliados. Ainda, por meio da pesquisa foi possível obter outros dados para avaliar o elenco de atributos de satisfação, assim como levantar sugestões de melhorias e reclamações;

✓ Projetos de melhoria e acessibilidade nas Estações (Unisinos, São Leopoldo, São Luís, Petrobras, Luiz Pasteur, Sapucaia, Mercado, São Pedro, Aeroporto, Anchieta, Niterói e Fátima) – O projeto contemplou a modernização das instalações existentes e sua adaptação visando atender às exigências da Legislação e Normas Técnicas Brasileiras vigentes no tocante à Acessibilidade Universal e proporcionando qualidade do serviço a população. As obras foram iniciadas em 2021 oriundas de recursos adicionais para o orçamento de investimento recebidos pelo MDR em 2020 e tem previsão de conclusão em julho/2022;

✓ Reforma das passarelas de acesso e terminais de integração das estações Niterói, Fátima, Mathias Velho, Esteio e Sapucaia – A contratação proporciona o aumento da expectativa de vida útil das estruturas com maior conforto aos clientes e maior integração entre modais. As obras foram iniciadas em 2021 oriundas de recursos adicionais para o orçamento de investimento recebidos pelo MDR em 2020 e tem previsão de conclusão em abril/2022;

✓ Aquisição de bancada de testes para válvulas pneumáticas do sistema de freios dos trens série 200 – A contratação é necessária para se proceder com o plano de manutenção do TUE Série 200, aumentando a confiabilidade e garantindo a segurança;

✓ Substituição do vídeo Wall do CCO – O Vídeo Wall é a principal referência para os operadores do Centro de Controle Operacional-CCO, onde se monitora a circulação dos trens, falhas e serviços que estejam ocorrendo ao longo de toda a linha 1 da TRENSURB e Aeromovel. A contratação permitirá a atualização tecnológica do Vídeo Wall do CCO, devido a falhas em diversos dos seus componentes. O controlador novo de imagens fará a comutação automática, sem a necessidade de nenhuma intervenção pelos operadores do CCO;

✓ Aquisição de solução de armazenamento de dados (Storage All-Flash) – Trata-se de uma solução de armazenamento de dados (storage), a fim de substituir o atual storage em uso por uma solução mais moderna, com melhor desempenho, de maior capacidade, e com proteção contra ataques de ransomware (que causam criptografia dos dados) e deleções de dados acidentais/propositais com menor tempo de restauração do ambiente de TI. A atualização tecnológica dos equipamentos de TI visa atender com qualidade e segurança as demandas dos usuários da TRENSURB;

✓ Atualização do parque de câmeras do Circuito Fechado de Televisão (CFTV) da TRENSURB – A aquisição de equipamentos mais modernos permitirá aumentar a qualidade do monitoramento de imagens hoje utilizadas por diversas áreas como operação, manutenção e administração;

✓ Programa Estação Educar – Por meio do programa de aprendizagem profissional, promovido em parceria com o Senai-RS, a TRENSURB oferece anualmente 40 vagas a jovens de famílias de baixa renda para o curso de assistente administrativo no turno inverso ao da escola. O programa tem como objetivo desenvolver no Jovem Aprendiz as competências necessárias para a sua inserção no mercado de trabalho. O convênio entre TRENSURB e Senai-RS no formato do curso Assistente Administrativo existe desde 2009 e já formou 481 aprendizes.

DESEMPENHO OPERACIONAL 2021

O desempenho da TRENSURB é medido por indicadores de desempenho, que permitem acompanhar, avaliar, decidir, interferir ou mudar o rumo dos processos de trabalho, visando atingir os objetivos estratégicos. A seguir são demonstrados os resultados dos principais indicadores:

Quadro 1 – Principais indicadores

INDICADOR	2020	2021
Análise de Imagem TRENSURB	83,17%	83,61%
Passageiros transportados	24.395.921	25.281.345
Média de passageiros dia útil	81.836	85.904
Índice de regularidade	99,62%	99,47%
Taxa de Cobertura Operacional	41,84%	43,33%
Taxa de Cobertura Própria	35,02%	35,76%
Taxa de Cobertura Ambiental	56,96%	59,79%

Fonte: Gerência de Planejamento Corporativo – GEPLA

A Taxa de Cobertura Operacional – TCO é o principal índice de gestão da empresa e informa o resultado da cobertura econômica da TRENSURB com receitas próprias frente às suas despesas de funcionamento. Relativo ao desempenho no período, o índice da TCO alcançou 43,33% em 2021, resultado superior ao ano anterior e, também, superior à meta fixada para o ano de 2021 de 40% de cobertura. A redução de despesas de funcionamento, por um lado, e o aumento da receita, foram os fatores que possibilitaram o aumento da TCO da TRENSURB.

No contexto da TCO, excetuam-se as despesas com passivo trabalhista, depreciação, despesas financeiras de provisão de Imposto de Renda, que são considerados na Taxa de Cobertura Própria – TCP. A TCP do ano de 2021 alcançou 35,76%, apresentando também resultado superior ao ano anterior, e superior à meta fixada de 31,8% de cobertura.

A Taxa de Cobertura Ambiental – TCA leva em consideração os valores de receitas e despesas totais utilizados na TCP, e somam-se as receitas o valor obtido com as Externalidades levantadas pela utilização do sistema de trens para transporte de passageiros, evitando os custos ambientais e sociais de emissão de poluentes, com acidentes e com a economia com o tempo de viagem. Em 2021, obteve-se a cobertura ambiental de 59,79%, superior ao ano anterior, porém inferior à meta estipulada para o ano que era de 70,2%. O principal fato era a previsão estimada de transporte de passageiros maior, mas ocorreram fatos de quedas na demanda de passageiros ainda relativos a períodos mais críticos da pandemia.

O índice de regularidade mede a efetividade da operação com o cálculo da diferença entre as viagens realizadas e as programadas, refletindo assim a confiabilidade do serviço prestado. Obtivemos no ano de 2021 a média de 99,47% de regularidade, sendo que no ano foram realizadas 62.214 viagens das 62.563 viagens programadas. As reduções mais significativas no índice foram registradas nos meses de outubro/21 com 86 viagens perdidas, sendo que destas, 56 foram devido a acidente externo (com veículo caminhão tombado com risco de queda sobre a via e rede aérea) e novembro/21 com 91 viagens perdidas, sendo 42 delas decorrentes de furtos de cabos.

A imagem institucional é representada pelo conjunto de ações que a empresa realiza e demonstra e o que a sociedade de fato valoriza. Para que ela seja concretizada, o público deve perceber qual seu comportamento e sua imagem perante todos os momentos enfrentados pela empresa, sendo eles bons e oportunos ou críticos e desfavoráveis. Neste sentido, ações voltadas ao público interno e externo são fundamentais na promoção da imagem da TRENSURB. Em 2021, ocorreram 5.218 citações à empresa nos principais veículos de comunicação do estado e do país, sendo 4.304 positivas e 914 negativas, o que corresponde a um índice médio de 83,61% de notícias positivas. Os temas divulgados pela TRENSURB que mais resultaram em citações à empresa nos veículos de comunicação ao longo do ano referem-se a reajuste tarifário, ações de combate à Covid-19 e

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

TRENSURB
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

alterações no funcionamento dos trens.

Em 2021 a TRENSURB transportou 25,2 milhões de passageiros, apresentando um aumento de 3,6% em relação ao ano de 2020, o qual demonstra que o comportamento da demanda de passageiros está avançando após aproximadamente 2 anos do início da pandemia Covid-19 no Brasil. Cabe ressaltar que em setembro de 2021 houve o reajuste da tarifa unitária, no qual o valor passou de R$ 4,20 para R$ 4,50.

Acompanhando esse crescimento, a Média Dia Útil – MDU de passageiros transportados apresentou aumento de 5,0% em relação a 2020, registrando a média em 2021 de 85.904 passageiros/dia útil e a média em 2020 de 81.836.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Diante da necessidade permanente de modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre em 2021 a TRENSURB informou ao Governo Federal a permanência dos Investimentos para o ciclo do Plano Plurianual – PPA 2020-2023. Os projetos compreendem a modernização dos sistemas operacionais de sinalização, reforma de ativos da via permanente e da rede aérea, reforma e ampliação das edificações e adequações à acessibilidade universal, além da geração de energia fotovoltaica e da atualização tecnológica para garantir a segurança da informação da TRENSURB. Tais medidas irão proporcionar um serviço de maior qualidade, conforto e segurança aos nossos clientes.

O novo Planejamento Estratégico da TRENSURB aprovado para o Ciclo 2021-2025 estruturou o monitoramento das práticas de planejamento e gestão estratégica alinhadas com as prioridades e diretrizes do Governo Federal.

É compromisso de gestão avançar com a sustentabilidade econômico-financeira equilibrando a relação das receitas próprias com as despesas de funcionamento e na busca permanente pela excelência na prestação do serviço com foco na satisfação e segurança dos nossos clientes primando pelo aspecto ambiental e o caráter social.

Vivenciamos 2021 com a continuidade da crise sanitária do COVID-19 e o avanço da vacinação, tendo esta última, contribuído para retomada gradual dos números de usuários do sistema após uma drástica diminuição no uso do transporte coletivo, cenário no qual estamos inseridos. Não o bastante, é preciso um olhar mais apurado sobre as mudanças nos hábitos de deslocamentos e pensarmos na atratividade e conquista de novos usuários.

Neste contexto, oportunidades são vislumbradas ao repensar a mobilidade urbana e tratá-la como um vetor de desenvolvimento, conquanto notadamente pública, a TRENSURB é agente ativo da política pública de mobilidade e contribui para o desenvolvimento urbano orientado para o transporte coletivo com larga capacidade de expansão do sistema.

Adicionalmente, a gestão de ativos imobiliários mostra-se como alternativa para subsidiar valor da tarifa.

Por fim, acreditamos que aprimorar a governança, modernizar a gestão pública, desburocratizar os processos e implementar ações simplificadas, permanecerão no foco da atuação da gestão e alinhados com as diretrizes do Governo Federal.

Porto Alegre, Maio de 2022.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)

ATIVO	NOTA	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	138.710.125	172.972.671
Créditos a receber	5	3.307.500	2.113.403
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	4.465.845	7.174.913
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.046.977	3.528.567
Adiantamento de fornecedores		-	97.287
Direitos a receber	8	173.465	212.776
Impostos a recuperar		1.094	-
Estoques	9	17.463.927	16.803.680
Despesas do exercício seguinte		327.684	177.825
		167.496.616	**203.081.124**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675
Débitos de empregados	7	169.064	118.841
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	10	55.079.118	46.720.581
Penhora s/ receita própria	11	461.127	461.127
		55.709.984	**47.301.224**
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696
Imobilizado	12	1.249.048.154	1.292.732.673
Intangível	13	2.225.457	3.207.239
		1.251.296.306	**1.295.962.608**
		1.307.006.290	**1.343.263.831**
TOTAL DO ATIVO		**1.474.502.907**	**1.546.344.956**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	18.586.169	18.880.592
Impostos e taxas a recolher		290.081	209.699
Contribuições sociais a recolher		3.493.424	3.718.979
IRPJ/CSLL a Pagar		-	-
Obrigações trabalhistas	15	16.055.328	18.140.690
Adiantamento de clientes	16	1.395.660	2.738.931
Credores por convênios	17	724.662	1.048.961
Credores por depósitos		93.482	93.482
Plano de Previdência - Equacionamento	25c	454.248	440.442
		41.093.054	**45.271.776**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão IR/CS diferido	12c	16.231.047	17.363.887
Adiantamentos para futuro aumento de capital	20a	2.137.418	590.643
Plano de Previdência - Equacionamento	25c	2.616.626	1.452.049
Obrigações Trabalhistas	15	686.688	686.688
Provisão para contingências trabalhistas	18a	94.686.124	95.727.104
Provisão para contingências cíveis	18b	17.194.283	23.835.766
		133.552.186	**139.656.137**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital social	19a	2.014.563.144	2.014.563.144
Adiantamentos para futuro aumento de capital	20a	78.116.397	67.429.571
Ajuste avaliação patrimonial	12b	31.507.098	33.706.141
Prejuízos acumulados		(824.328.973)	(754.281.813)
		1.299.857.666	**1.361.417.043**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.474.502.907**	**1.546.344.956**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)

	NOTA	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	21	**101.992.495**	**95.517.115**
Custo dos serviços prestados	22	(248.196.098)	(244.653.605)
PREJUÍZO BRUTO		**(146.203.603)**	**(149.136.491)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	**(79.324.255)**	**(81.256.425)**
Outras receitas e despesas		**(1.912.653)**	**985.909**
Condenações Trabalhistas		(4.092.291)	(20.621.020)
Provisão/ Reversão ações trabalhistas	18a	(7.774.577)	24.579.222
Provisão/ Reversão ações cíveis	18b	6.413.496	(4.180.016)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		3.540.719	1.207.723
		(81.236.908)	**(80.270.516)**
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(227.440.512)**	**(229.407.007)**
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		**12.357.625**	**16.728.063**
Receitas financeiras	4	13.954.159	17.667.768
Despesas financeiras	20a	(1.596.534)	(939.705)
SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	20b	**141.703.844**	**107.401.971**
RESULTADO OPERACIONAL		**(73.379.043)**	**(105.276.974)**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(73.379.043)**	**(105.276.974)**
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**-**	**(728.928)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(73.379.043)**	**(106.005.901)**
Resultado por ação do capital social		**(0,0077)**	**(0,0111)**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR - CNPJ: 92.757.798/0001-39
Rua Caldas Júnior, 219 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS, 90019-900
51 3215-6104 - CORREIODOPOVO.COM.BR

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

PubliCP Publicidade Legal

TRENSURB
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)

	2021	2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(73.379.043)**	**(106.005.901)**
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(73.379.043)**	**(106.005.901)**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)		**2.014.563.144**	**27.906.441**	**35.905.205**	**(651.607.828)**	**1.426.766.962**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	39.523.130	-	-	**39.523.130**
Total do resultado abrangente		**-**	**-**	**(2.199.064)**	**(102.673.985)**	**(104.873.049)**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(106.005.901)	(106.005.901)
Ajuste de avaliação patrimonial		**-**	**-**	**(2.199.064)**	**3.331.916**	**1.132.853**
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	-	(3.331.916)	3.331.916	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	-	1.132.853	-	1.132.853
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**2.014.563.144**	**67.429.571**	**33.706.140**	**(754.281.813)**	**1.361.417.043**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	10.686.826	-	-	**10.686.826**
Total do resultado abrangente		**-**	**-**	**(2.199.042)**	**(70.047.160)**	**(72.246.203)**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(73.379.043)	**(73.379.043)**
Ajuste de avaliação patrimonial		**-**	**-**	**(2.199.042)**	**3.331.882**	**1.132.840**
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	-	(3.331.882)	3.331.882	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	-	1.132.840	-	1.132.840
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**2.014.563.144**	**78.116.397**	**31.507.097**	**(824.328.974)**	**1.299.857.666**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)

	NOTA	2021	2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(73.379.043)**	**(106.005.901)**
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		51.404.275	51.916.941
Baixa de bens do ativo imobilizado		1.763.804	777.395
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	1.546.775	934.551
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis		1.361.081	(20.399.207)
Provisão para IRPJ e CSLL		-	728.928
		(17.303.107)	**(72.047.293)**
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos a receber		(1.194.097)	188.298
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		2.709.069	(876.159)
Estoques		(660.246)	3.130.109
Impostos a recuperar		(1.094)	347.232
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(8.358.537)	9.774.014
Outros ativos circulantes e não circulantes		418.108	516.789
		(7.086.797)	**13.080.282**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(294.423)	(5.506.757)
Impostos e taxas a recolher		50.433	(141.542)
Contribuições sociais a recolher		(195.606)	(420.381)
IRPJ/CSLL pagos		-	(1.397.904)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		(936.862)	3.539.955
Contingências trabalhistas e cíveis pagas		(9.043.546)	(3.641.045)
Credores por convênios e depósitos		(2.531.064)	2.272.886
Plano de Previdência - Equacionamento		893.377	(388.338)
		(12.057.692)	**(5.683.126)**
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		**(36.447.596)**	**(64.650.137)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	12/13	(8.501.775)	(4.454.073)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		**(8.501.775)**	**(4.454.073)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	20a	10.686.826	5.242.634
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento		**10.686.826**	**5.242.634**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	**(34.262.546)**	**(63.861.575)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		172.972.671	236.834.247
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		138.710.125	172.972.671

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)

	2021	2020
Receita de prestação de serviços	99.513.534	93.235.780
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	2.731.636	2.513.868
Outras receitas e despesas líquidas	13.088.219	(14.870.880)
Provisões trabalhistas e cíveis	(1.361.081)	20.399.206
	113.972.308	**101.277.973**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(5.220.171)	(5.944.586)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(110.318.956)	(98.060.917)
Ganho (Perda) na realização de ativos	(22.424)	254.628
	(115.561.551)	**(103.750.875)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(1.589.243)**	**(2.472.902)**
Depreciação e amortização	(51.404.275)	(52.462.049)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**(52.993.518)**	**(54.934.951)**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	141.703.844	107.401.971
Receitas financeiras	13.954.159	17.667.768
	155.658.003	**125.069.738**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**102.664.485**	**70.134.788**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**102.664.485**	**70.134.788**
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	121.473.171	121.943.504
Benefícios	26.512.142	24.927.644
FGTS	9.538.118	9.399.838
	157.523.431	**156.270.986**
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	14.721.573	16.837.759
Estaduais	34.066	295.534
Municipais	105.471	22.446
	14.861.111	**17.155.739**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	49.759	5.154
Aluguéis	2.062.452	1.774.259
	2.112.211	**1.779.414**
Juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital	**1.546.775**	**934.551**
Resultado retido	**(73.379.043)**	**(106.005.901)**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários: EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários: EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

TRENSURB
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, EXCETO QUANDO ESPECIFICADO DE OUTRA FORMA.)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;

b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nºs 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 23 de maio de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.3 Normas e interpretações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com adoção a partir de 01/01/2022

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tiveram sua adoção no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ou posterior, e a Companhia está informando/avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes a adoção destas normas:

- **Alteração da norma IAS 1 –** classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras;
- **Melhorias anuais nas normas IFRS -** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras;
- **Alteração na norma IAS 8 –** altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras;
- **Alteração na norma IAS 12 –** traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto de renda diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras;
- **Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado -** resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras;
- **Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso -** custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras;
- **Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual -** esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras;
- **Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro -** esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações financeiras;
- **Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 -** esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 5), Realização de direitos a receber (Nota 8); Realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e *Impairment* do ativo imobilizado (Nota 12), Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), Provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), Déficit atuarial (Nota 25) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

c) *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

(a) mensuradas ao custo amortizado;

(b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e

(c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6) e Direitos a receber (Nota 8).

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 14), Adiantamento de clientes (Nota 16), Credores por convênios (Nota 17) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 20.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de *hedge*

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de *hedge*.

***Impairment* de ativos financeiros**

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo, não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e /ou por obsolescência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes

EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR - CNPJ: 92.757.798/0001-39
Rua Caldas Júnior, 219 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS, 90019-900
51 3215-6104 - CORREIODOPOVO.COM.BR

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

TRENSURB
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;

ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;

iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	20.200	18.600
Valores em trânsito	783.578	568.681
Aplicações de liquidez imediata	137.906.347	172.385.390
	138.710.125	**172.972.671**

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa a aplicação foi de R$ 12.454.106 (R$ 16.007.464 em 2020).

5. CRÉDITOS A RECEBER

	2021	2020
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	1.646.882	756.640
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.958.576	1.659.907
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(297.958)	(303.144)
	3.307.500	**2.113.403**

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme a seguir:

Saldo Inicial Exercício	(303.144)
(+) Provisão	-
(-) Reversão	(5.186)
(-) Recebimento	-
Saldo Final Exercício	**(297.958)**

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.874.793	-	3.302.936	-
Adiantamento por insuf. de saldo **(a)**	106.854	-	147.123	-
Plano de Saúde **(b)**	51.129	169.064	67.729	118.841
Débitos de empregados	14.201	-	10.779	-
	3.046.977	**169.064**	**3.528.567**	**118.841**

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2021 a provisão é no montante de R$ 45.636 (R$ 21.446 em 31/12/2020).

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R$ 10.007 (R$ 6.586 em 31/12/2020), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

8. DIREITOS A RECEBER

	2021	2020
Convênio Pessoal Cedido	15.577	3.708
Depósitos/Cauções/Outros devedores	32.765	51.144
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	157.924
	173.465	**212.776**

O valor de R$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal n° 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	2021	2020
Material de TUES e Veículos	11.147.870	10.136.263
Material da Via Permanente	2.418.634	2.918.370
Sistemas operacionais	3.460.370	3.227.087
Peças e Acessórios de Equipamentos	70.194	-
Materiais de expediente e administrativos	678.227	771.309
Provisão de perda (a)	(311.368)	(249.349)
	17.463.927	**16.803.680**

(a) As Perdas estimadas registradas no exercício de 2021 são referentes ao inventário anual de estoques conforme processo 2361/2021-14.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

	2021	2020
Depósitos Judiciais Cíveis	8.479	23.765
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias	54.865.407	46.491.584
Processos Judiciais - Recursos Próprios	205.232	205.232
	55.079.118	**46.720.581**

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R$ 461.127 (R$ 461.127 em 2020) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Vida útil (anos)	2021			2020
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25,00	263.975.592	(78.231.393)	185.744.199	191.327.024
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(75.074.280)	91.960.034	95.250.674
Via permanente	33,33	604.946.676	(142.397.919)	462.548.756	474.815.450
Sistemas operacionais	11,11	324.518.076	(155.508.411)	169.009.666	181.980.874
Veículos ferroviários/aeromóvel	20,00	368.622.487	(138.502.861)	230.119.626	238.800.139
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(832.376)	846.612	970.482
Equip. proc. de dados	4,55	6.198.841	(5.195.673)	1.003.168	1.120.555
Equip., máquinas e instrumentos	7,69	61.147.529	(48.519.525)	12.628.004	14.633.611
Instalações	9,09	29.788.519	(12.749.579)	17.038.940	18.933.946
Móveis e utensílios	10,00	10.482.490	(7.408.767)	3.073.723	2.599.870
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(10.125.753)	3.959.873	4.290.487
Imobilizado em curso	-	15.211.905	-	15.211.905	10.487.092
Import.em andamento	-	-	-	-	63.040
Almoxarifado de bens imobilizados	-	9.993.832	-	9.993.832	11.549.613
		1.923.594.691	**(674.546.537)**	**1.249.048.154**	**1.292.732.673**

b) Movimentação do Imobilizado

Custo	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	263.985.076	-	(9.484)	-	263.975.592
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	324.134.479	323.425	(208.824)	268.996	324.518.076
Veículos ferroviários/aeromóvel	368.505.523	-	-	116.964	368.622.487
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	5.874.635	378.226	(56.720)	2.700	6.198.841
Equipamentos, máquinas e instrumentos	59.872.654	1.036.743	(40.523)	278.655	61.147.529
Instalações	29.601.126	150.023	(71.849)	109.219	29.788.519
Móveis e utensílios	9.551.179	1.087.434	(156.123)	-	10.482.490
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em curso	10.487.092	5.525.925	-	(801.112)	15.211.905
Importações em andamento	63.040	-	(63.040)	-	-
Almoxarifado de bens imobilizados	11.549.613	-	(1.580.359)	24.578	9.993.832
TOTAL CUSTO IMOBILIZADO	**1.917.279.837**	**8.501.775**	**(2.186.922)**	**-**	**1.923.594.691**

Depreciação acumulada	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Edificações, estações e depósitos	(72.658.052)	(5.582.825)	9.484	-	(78.231.393)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(71.783.640)	(3.290.640)	-	-	(75.074.280)
Via permanente	(130.131.226)	(12.266.693)	-	-	(142.397.919)
Sistemas operacionais	(142.153.605)	(13.444.757)	89.951	-	(155.508.411)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(129.705.384)	(8.797.477)	-	-	(138.502.861)
Equip. processamento de dados	(4.754.080)	(498.312)	56.720	-	(5.195.673)
Equipamentos, máquinas e instrumentos	(45.239.043)	(3.321.005)	40.523	-	(48.519.525)
Veículos rodoviários	(708.506)	(123.870)	-	-	(832.376)
Instalações	(10.667.180)	(2.153.807)	71.408	-	(12.749.579)
Móveis e utensílios	(6.951.309)	(612.492)	155.032	-	(7.408.767)
Benfeitorias em bens de terceiros	(9.795.139)	(330.614)	-	-	(10.125.753)
TOTAL DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	**(624.547.164)**	**(50.422.492)**	**423.118**	**-**	**(674.546.537)**
TOTAL DO IMOBILIZADO	**1.292.732.673**	**(41.920.717)**	**(1.763.804)**	**-**	**1.249.048.154**

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

TRENSURB
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o "custo atribuído", a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2021 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R$ 3.331.882 referente à depreciação e no valor de R$ 1.132.840 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R$ 31.507.098 (R$ 33.706.141 em 2020) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R$ 16.231.047 (R$ 17.363.887 em 2020).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 3 de fevereiro de 2022, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment").

	2021
Ativos Imobilizados (Líquido do Imobilizado em Andamento)	1.233.836.248
Ativos Intangíveis	2.225.457
Total dos Ativos Componentes da UGC	**1.236.061.705**
Valor Justo (*)	**1.548.764.305**
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto pelos trens série 200 e expansão da linha norte (via permanente, obras civis, rede aérea e sistemas operacionais).

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R$ 285.657.730 em 2021 (R$ 337.622.839 em 2020).

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do saldo

Contas	Vida útil (anos)	Custo Corrigido	2021 Amortização Acumulada	2021 Valor líquido	2020 Valor líquido
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	5	12.734.161	(11.884.504)	849.657	1.831.439
Outros dispêndios de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		14.140.833	**(11.915.376)**	**2.225.457**	**3.207.239**

e) Movimentação do Intangível

Custo	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.734.161	-	-	-	12.734.161
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO INTANGÍVEL	**14.140.833**	**-**	**-**	**-**	**14.140.833**

Amortização Acumulada	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(10.902.722)	(981.783)	-	-	(11.884.504)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	**(10.933.593)**	**(981.783)**	**-**	**-**	**(11.915.376)**
TOTAL DO INTANGÍVEL	**3.207.239**	**(981.783)**	**-**	**-**	**2.225.457**

14. FORNECEDORES

Fornecedores Nacionais	2021	2020
Aquisições Trens	6.962.873	11.919.399
Sistemas de energia e comunicação	97.051	1.235.854
Prestação de serviços	2.490.748	-
Energia Elétrica	5.277.525	2.577.370
Gastos gerais	3.757.972	3.147.969
	18.586.169	**18.880.592**

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021 Circulante	2021 Não Circulante	2020 Circulante	2020 Não Circulante
Férias e Encargos	13.760.046		14.712.770	
Promoção por antiguidade a pagar	2.249.569	686.688	2.249.569	686.688
FGTS s/ proc. judicial a pagar	-	-	1.148.501	-
Outras Obrigações Trabalhistas	45.713	-	29.850	-
	16.055.328	**686.688**	**18.140.690**	**686.688**

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2021	2020
Credores p/ Venda Créditos	1.282.928	1.255.574
Adiantamento ATP/ATM	110.299	1.480.924
Adiantamento Clientes Comerciais	2.433	2.433
	1.395.660	**2.738.931**

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

17. CREDORES POR CONVÊNIO

	2021	2020
Convênios SESI/SENAI	65.275	110.004
Assistência Saúde	657.179	651.891
Credores Diversos	2.208	287.066
	724.662	**1.048.961**

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A classificação de risco para fins de contingenciamento estabelecido pela companhia tem como referência principal os seguintes critérios:

Provável - Processos em fase de execução e processos com decisões de procedência total ou parcial dos pedidos, ainda que não tenha transitado em julgado;

Possível – Processos em fase de instrução processual, em que não há sentença proferida;

Remoto - Processos em execução ainda ativos, mas que já foram pagos, e processos ainda sem trânsito em julgado mas que a última decisão seja de improcedência dos pedidos.

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R$ 94.686.124 (R$ 95.727.104 em 2020).

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	2021 Não Circulante	2020 Não Circulante
Saldo no início do exercício	95.727.104	123.840.589
(+) Provisão	15.415.357	3.195.928
(-) Reversão	(7.640.779)	(27.775.150)
(-) Pagamentos	(8.815.558)	(3.534.263)
Saldo no final do exercício	**94.686.124**	**95.727.104**

A variação da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações.

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia e advogados externos, que é considerada possível compõe-se de R$ 7.206.770 (R$ 98.416.235 em 2020).

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, que é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2021 e 2020 está composta como segue:

	2021 Não Circulante	2020 Não Circulante
Saldo no início do exercício	23.835.766	19.762.532
(+) Provisões	319.123	4.183.994
(-) Reversões	(6.732.618)	(3.978)
(-) Pagamentos	(227.988)	(106.782)
Saldo Final Exercício	**17.194.283**	**23.835.766**

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, que é considerada possível é de R$ 21.668.993.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em Acionista	2021 Quantidade	2021 %	2020 Quantidade	2020 %
União Federal	9.522.884.238	99,9112	9.522.884.238	99,9112
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0687	6.543.949	0,0687
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0201	1.915.337	0,0201
Total	**9.531.343.524**	**100,0000**	**9.531.343.524**	**100,0000**

20. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

No exercício de 2020, a Companhia encaminhou proposta para Aumento de Capital no montante de R$ 64.319.428, sendo R$ 34.280.496 referente a recursos recebidos entre 31/12/2015 e 31/12/2016 e os encargos decorrentes da atualização pela SELIC até a data da referida proposta e R$ 30.038.932 referente aos recursos recebidos de 01/01/2017 a 31/03/2020. Essa proposta resultará no aumento de 428.098.405 ações ordinárias nominativas, com aprovação prevista na Assembleia Geral Ordinária a ocorrer em 2022, condicionada à publicação do decreto de autorização do aumento de capital.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2021 foi de R$ 141.703.844 (R$ 107.401.971 em 2020) composto a seguir:

Subvenção	2021	2020
Pessoal	96.780.806	71.223.897
Sentença	21.433.275	13.200.670
Custeio	23.489.763	22.977.403
	141.703.844	**107.401.971**

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém não foi aprovada até o encerramento do exercício. Os montantes fixados para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2022, conforme a PLOA é de R$ 275.254.113. Deste valor, R$ 96.290.029 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R$ 178.964.084 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	PLOA/2022	Recursos Próprios Fonte 150/180	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	147.547.569	81.279.532	66.268.037
Sentença	26.100.000	-	26.100.000
Custeio	99.606.544	13.010.497	86.596.047
Investimento	2.000.000	2.000.000	-
	275.254.113	**96.290.029**	**178.964.084**

21. RECEITA LÍQUIDA

	2021	2020
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	99.513.535	93.235.779
Aluguéis, arrendamentos e concessões	2.731.636	2.513.868
	102.245.171	**95.749.647**
Tributos sobre a receita bruta	(252.676)	(232.532)
	(252.676)	**(232.532)**
RECEITA LÍQUIDA	**101.992.495**	**95.517.115**

EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR - CNPJ: 92.757.798/0001-39
Rua Caldas Júnior, 219 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS, 90019-900
51 3215-6104 - CORREIODOPOVO.COM.BR

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

TRENSURB
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2021	2020
Pessoal e Encargos	110.624.749	109.136.363
Serviços de Terceiros	38.230.832	41.215.632
Consumo de Materiais	4.229.818	4.991.008
Energia de Tração	38.342.717	31.841.676
Serviços de Utilidade Pública	8.092.295	9.037.329
Depreciação	48.392.427	48.306.463
Outros Custos	283.260	125.134
	248.196.098	**244.653.605**

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Pessoal e Encargos	60.401.928	62.128.610
Serviços de Terceiros	9.413.747	8.429.351
Consumo de Materiais	990.353	953.578
Serviços de Utilidade Pública	1.487.941	2.027.785
Depreciação/ Amortização	3.011.848	4.155.586
Outras Despesas	4.018.438	3.561.515
	79.324.255	**81.256.425**

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(73.379.042)**	**(105.276.974)**	**(73.379.042)**	**(105.276.974)**
Adições (Exclusões) permanentes	4.533.300	4.422.919	4.533.300	4.422.919
Adições (Exclusões) temporárias	(17.495.046)	(18.107.803)	(17.495.046)	(18.107.803)
Lucro Real	**(86.340.789)**	**(118.961.858)**	**(86.340.789)**	**(118.961.858)**
(-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30%	-	**(943.021)**	-	**(943.021)**
Alíquota - 9%	-	-	-	198.034
Alíquota - 10%	-	214.038	-	-
Alíquota - 15%	-	330.057	-	-
Total Imposto	-	**544.096**	-	**198.034**
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	(13.203)	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	-	**530.893**	-	**198.034**
Valor do imposto pago no ano calendário	-	530.893	-	198.034

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias. A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	2021	2020
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável	Zero
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável	TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2021	2020
Patrimônio - **P**	85.797.808	80.477.303
Passivos Atuariais (Valor Presente)		
Benefícios Concedidos – **A**	36.236.401	34.627.758
Benefícios a Conceder – **B**	52.690.163	47.549.270
Déficit Contratado - **C** = C1 + C2 + C3	(1.815.013)	(3.896.214)
Patrocinadora - C1	-	(1.892.490)
Participante - C2	-	-
Assistidos - C3	(1.815.013)	(2.003.724)
Total das Provisões - **D** = A + B + C	87.111.551	78.280.814
Fundos – E	2.756.712	2.667.804
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D – E	(4.070.455)	(471.315)
Valor do Ajuste de Precificação = G	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	**(4.070.455)**	**(471.315)**

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 3,61% no ano, isso corresponde a 25% da meta atuarial de 2021 (INPC + 4,10%) que foi de 14,68%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A *"duration"* do plano foi de 8,10 anos no encerramento de 2021.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2021, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R$ 4.070.455. Esse valor é superior ao limite de déficit do plano de R$ 1.411.276, portanto com a necessidade de equacionamento. O déficit restringe-se aos assistidos e à patrocinadora em igual montante. O montante sob responsabilidade da patrocinadora de R$ 1.329.589 foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 46 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos dos déficits estão compostos conforme segue:

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Déficit 2013/2014 em equacionamento	454.248	1.287.037	440.440	1.452.049
Déficit 2021 a equacionar	-	1.329.589	-	-
	454.248	**2.616.626**	**440.440**	**1.452.049**

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC Nº 30 de 10/10/2018. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30 de 10/10/2018.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do Ministério do Planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas suas estimativas a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R$ 285.657.730.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

27. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2021 e 2020 foram:

Parte Relacionada	Contrato	Valor Contratual	Valores Recebidos 2021	Valores Recebidos 2020	Valores Pagos 2021	Valores Pagos 2020
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	-	113.891	94.725
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	-	-	4.851	6.970
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-	-	392.464
Total		**2.390.000**	**-**	**-**	**118.742**	**494.159**

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	2021	2020
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Ministério do Desenvolvimento Regional	31.920	34.432
Carlos Biedermann	Ministério da Economia	13.300	31.920
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	49.954	41.282
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	31.920	29.260
Rafael Bicca Machado	Ministério da Economia	10.640	23.940
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	31.920	2.670

29. IMPACTOS DA PANDEMIA DO "COVID 19"

A Administração da Companhia verificou que o ano de 2021 se caracterizou como um prolongamento de 2020, o ano de eclosão da pandemia da COVID19. Contrariamente às expectativas, tivemos novos surtos virais com as correspondentes medidas de controle sanitário. As restrições no comércio e atividades coletivas bem como a suspensão das atividades educacionais trouxeram reflexos no nosso sistema de transporte público.

Com relação à demanda de passageiros transportados, após uma década com volumes anuais da ordem de 50 milhões/passageiros/ano, enfrentamos 2020 com 24,3 milhões e, 2021, com 25,2 milhões, frustrando nossas

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários: EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários: EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

TRENSURB
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

previsões de superação.

30. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	37.231	24.759	27.326
Empregados	52.588	2.087	9.170

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de fevereiro de 2022 foi publicado o Decreto n° 10.982, o qual autoriza o aumento de capital social da Trensurb por meio de integralização do adiantamento para futuro aumento de capital, referido na Nota Explicativa 20(a). O referido aumento de capital será apreciado na Assembleia Geral Ordinária de junho de 2022.

Porto Alegre, 23 de maio de 2022.

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
Diretor Presidente

GERALDO LUIS FELIPPE
Diretor de Administração e Finanças

JAIR BERNARDO CORREA
Gerência de Orçamento e Finanças

TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empresa vencedora da licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel. No entanto, a Companhia suportou-se com os procedimentos investigatórios realizados pela TCU e CGU, que não tivemos pleno acesso. Dessa forma, não realizando procedimentos investigatórios próprios que, conforme determinado pela Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 30, teriam como objetivo determinar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Consequentemente, não nos foi possível obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria no sentido de determinar a extensão dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12d, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico "CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos", elaborou análise para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados em 31 de dezembro de 2021, pelos montantes de R$ 1.249.048.154 e R$ 2.225.457, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, a análise elaborada pela Companhia não atendeu a todos os requisitos da referida norma e, como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável. Bem como, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficientes para concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Conforme descrito na nota explicativa 18, os processos em fase de instrução processual, para os quais ainda não há sentença proferida, não são efetuadas estimativas de perdas para constituição de provisão. Esse critério não atende o requerido pelo pronunciamento contábil CPC 25 parágrafo 14. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para avaliar adequadamente as estimativas e as divulgações da Companhia relativas à provisão para contingências trabalhistas e cíveis, conforme requerido pela NBC TA 540 – Auditoria de estimativas contábeis e divulgações relacionadas. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos quanto a razoabilidade das divulgações na nota explicativa nº 18 relativas ao saldo de provisões para contingências trabalhistas e cíveis, bem como não podemos concluir e não concluímos quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB**, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, e emitimos nosso relatório em 24 de março de 2021, com modificação referente a ausência de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico "CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração da Companhia pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de maio de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC RS 005519/F 0

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 – S – RS

EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR - CNPJ: 92.757.798/0001-39
Rua Caldas Júnior, 219 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS, 90019-900
51 3215-6104 - CORREIODOPOVO.COM.BR

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

TRENSURB
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2022

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 51, inciso II, do Estatuto Social da TRENSURB, considerando: o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, tendo como referência o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, emitido em 23 de maio de 2022, bem como a Nota de Auditoria 002/2022 e o Relatório da Auditoria Interna nº 434/2022 – Balanço de 31/12/2021, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31/12/2021, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 23 de maio de 2022.

FERNANDO MACHADO DINIZ
Presidente do Conselho Fiscal

ALFREDO EDUARDO DOS SANTOS
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REC 0004/2022 23/05/2022

Ref.: APROVA O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS / 2021

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A .- TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 35, VII, do Estatuto Social da TRENSURB.

RESOLVE:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme processo administrativo SEI nº 0607/2021-13 e registrado na Ata do CONSAD de nº 539, item 1.2, de 23/05/2022, para o fim do Art. 132, inciso I, da Lei 6.404/76.

Documento assinado eletronicamente por RicardoRichiniti Hingel

Ricardo Richiniti Hingel

Presidente do Conselho de Administração

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

Documento assinado eletronicamente com validade jurídica nos termos da MP 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. Signatários:
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA.

RRSIGN
PORTAL DE ASSINATURAS

PROTOCOLO DAS ASSINATURAS DO DOCUMENTO

Este documento acima foi assinado em formato eletrônico no Portal de Assinaturas RRSIGN pelas PARTES abaixo relacionadas, tendo sua validade jurídica nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. O documento foi assinado com datas e horas certas, utilizando o Fuso horário de Brasília UTC-03:00 sincronizados ao protocolo NTP.br.

Para as assinaturas com certificado digital, você pode validá-las através do Verificador de Conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, informando o arquivo p7s e documento original no seguinte link: https://verificador.iti.gov.br

---

Para verificar as assinaturas do documento acesse o validador no link abaixo e utilize para isso a "Chave do documento".

Link do Validador: https://correiodopovo.rrsign.com.br/validador

Chave do Documento: fc83e3c42aea45a77f201e228a305649305

Relação dos Signatários:

Nome: EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA
CNPJ/N° do Documento: 92757798000139
Posição: Signatário
Tipo de Assinatura: Assinatura Digital Qualificada
Data/Hora Assinatura: 09/06/2022 17:09:16
Certificado Emitido Por: AC Certisign RFB G5
Nº do Certificado: 731292839594666841853530863952651226 09
Validade do Certificado: 21/06/2022 08:55:01